

# **história e diplomacia**



# MACAU NAS RELAÇÕES SINO-PORTUGUESAS, 1949-1979\*

Moisés Silva Fernandes\*\*

## INTRÓITO

Apesar da presença secular portuguesa em Macau, a República Popular da China (RPC) não manteve relações diplomáticas com Portugal, durante aproximadamente 30 anos. Na realidade, só existem dois momentos em que o regime de Mao Zedong mostrou algum interesse em estabelecer relações diplomáticas com Portugal: aquando da fundação da RPC, em 1949, e após a conferência de Genebra para a Indochina, em 1954.

Quais foram as razões que levaram Pequim a manter-se tão distante a nível político-diplomático em relação a Portugal? Três factores fundamentais explicam o comportamento chinês. Primeiro, o regime de Salazar rejeitou todas as iniciativas político-diplomáticas chinesas no sentido de serem estabelecidas relações diplomáticas entre os dois Estados. Segundo, apesar da ausência de relações político-diplomáticas formais, o regime de Pequim conseguiu, num curto espaço de tempo, controlar Macau em vários domínios: político, comercial, financeiro, económico e associativo. Simultaneamente, transformou o enclave num grande armazém de materiais estratégicos ocidentais para o Sul da China e num centro de aprendizagem da língua e cultura portuguesas para funcionários chineses. Terceiro, formalmente o maoísmo, enquanto princípio ideológico, colidia frontalmente com a existência das duas colónias ocidentais em «solo chinês». Na perspectiva chinesa, o melhor era criar um muro de silêncio em torno do assunto, tanto para facilitar a sua gestão política, assim como para evitar eventuais iras populares nos centros urbanos de Guangdong contra os vulneráveis «tigres de papel: os imperialistas e colonialistas britânicos e portugueses de Hong Kong e Macau», respectivamente.

---

\* Ressalvas: Este texto baseia-se no sistema de romanização *Pinyin* em vez do tradicional *Wade-Giles*. Assim, os nomes próprios chineses romanizados aparecem em primeiro lugar em *Pinyin* e logo a seguir, entre colchetes, em *Wade-Giles*. Por outro lado, não tivemos acesso aos arquivos Histórico Ultramarino e Central da Marinha para a elaboração deste trabalho.

\*\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

## SALAZAR REJEITOU TODAS AS INICIATIVAS DE PEQUIM

Aquando da proclamação da fundação da República Popular da China, no dia 1 de Outubro de 1949, Zhou Enlai, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Celeste Império Vermelho, enviou um ofício ao ministro de Portugal na China a exprimir a vontade do novo regime chinês em estabelecer relações diplomáticas com Portugal<sup>1</sup>. Apesar do ministro J.B. Ferreira da Fonseca, dos cônsules de Portugal em Guangzhou, Hong Kong e Xangai, o governador de Ma-cau e os ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Colónias serem favoráveis ao reconhecimento do novo regime chinês, Salazar rejeitou tal opção<sup>2</sup>.

A inabalável intransigência ideológica de Salazar ao comunismo, foi uma das várias razões que mais contribuiu para que os dois Estados não estabelecessem relações diplomáticas. Todavia, o chefe do governo português usou de vários argumentos para evitar um confronto directo com a opinião unânime expressa pelos altos funcionários dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar e pela embaixada britânica em Lisboa. Numa primeira fase, invocou o argumento que não se devia reconhecer regimes políticos enquanto estes não controlassem por completo o território que reclamavam ou que não eram reconhecidos internacionalmente<sup>3</sup>. Posteriormente, contudo, recusou-se terminantemente a acompanhar o governo britânico e três outros Estados-membros da OTAN (a Noruega, a Dinamarca e os Países Baixos) a reconhecer o regime de Pequim<sup>4</sup>. Finalmente, o crescente clima inter-nacional de guerra fria<sup>5</sup> e o envolvimento do regime de Mao na guerra

---

<sup>1</sup> Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas: Cronologia, Documentos, Apêndices e Bibliografia Escolhida, Desde 1945 Até 1995*, Winnipeg, Manitoba, Canadá: University of Manitoba, 1996 (trabalho inédito que aguarda publicação).

<sup>2</sup> Moisés Silva Fernandes, *Política externa desequilibrada: do isolamento à «cooperação pura» nas relações entre Portugal e a República Popular da China (RPC), 1949-1979*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (trabalho inédito que aguarda publicação), pág. 14.

<sup>3</sup> *Ibid.*, págs. 12-13.

<sup>4</sup> A Noruega reconheceu o regime de Pequim no mesmo dia que o Reino Unido, isto é, em 6 de Janeiro de 1950. Por seu turno, a Dinamarca e os Países Baixos procederam da mesma forma em 10 de Janeiro e 27 de Março, respectivamente. *Ibid.*, pág. 19.

<sup>5</sup> David Clayton defende que a *National Security Council Directive (NSC68)*, da Primavera de 1950, constituiu um profundo empenho político da parte do governo dos EUA com vista a conter o comunismo internacional. Em termos de política americana em relação à China, traduziu-se numa clara vontade americana de defender o regime nacionalista da Formosa/Taiwan, postura que foi confirmada e que sofreu uma acentuada radicalização após o início da guerra da Coreia, em Junho de 1950. In David Clayton, *Imperialism Revisited: Political and Economic Relations Between Britain and China, 1950-1954*, Londres, Reino Unido: Macmillan e King's College London, 1997, págs. 26 e 27.

da Coreia, em 25 de Outubro de 1950, jogou a favor da inflexibilidade político-ideológica de Salazar.

A segunda tentativa chinesa para estabelecer relações diplomáticas com Portugal teve lugar no âmbito do espírito de Genebra<sup>6</sup>. A diplomacia chinesa encenou três sondagens junto de vários representantes diplomáticos portugueses com vista a serem estabelecidas relações diplomáticas. O encarregado de negócios britânico só foi recebido pela primeira vez por Zhou Enlai, em 8 de Julho de 1954, quando foi autorizado a apresentar a sua carta de gabinete. Em conformidade com o acordo celebrado em Genebra em 17 de Julho de 1954, o encarregado chinês chegou a Londres em 27 de Outubro de 1954.

Na sequência da apresentação da carta de gabinete ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, em 3 de Novembro de 1954, o novo encarregado de negócios da China em Londres, Huan Xiang [Huan Hsiang], enviou ao embaixador português na capital britânica, Pedro Teotónio Pereira, um ofício a comunicar a apresentação da carta de gabinete e onde afirmava que: «I shall endeavour to establish between us cordial relations and I hope that I shall obtain from Your Excellency friendly co-operation in this regard»<sup>7</sup>. No dia seguinte, o ministro de Portugal em Oslo, Luís Norton de Matos, remeteu para o Palácio das Necessidades uma nota do embaixador da China em Helsínquia, Zhen Xinren (Chen Hsin-jen), a comunicar que: «I sincerely hope to enter into good connections with you for the promotion of relations between our two countries»<sup>8</sup>.

Estas duas iniciativas chinesas foram, porém, rejeitadas pelo ministério português dos Negócios Estrangeiros. Em relação à iniciativa da missão chinesa em Londres, as cúpulas do Palácio das Necessidades instruíram a embaixada portuguesa a limitar-se a «acusar [a] recepção e agradecer [a] amabilidade da comunicação»<sup>9</sup>. Enquanto se desconhece a resposta avançada pela missão diplomática portuguesa em Helsínquia.

A resposta altamente inócua da missão diplomática portuguesa em Londres, levou a China a tentar uma nova via: a representação diplomática portuguesa em Carachi. Em 4 de Janeiro de 1955, durante a

---

<sup>6</sup> A participação da RPC na conferência de Genebra de 1954 constituiu a nível político o reconhecimento do regime de Pequim como uma grande potência por parte da comunidade internacional.

<sup>7</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Nota verbal do encarregado de negócios da RPC em Londres, Huang Hsiang, para o embaixador de Portugal em Londres, Pedro Teotónio Pereira, de 3 de Novembro de 1954», 2.º P., PEA M. 184-B, AHDMNE, Lisboa.

<sup>8</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Nota verbal do embaixador da RPC em Helsínquia, Zhen Xinren, para o ministro de Portugal, Luís Norton de Matos, de 4 de Novembro de 1954», 2.º P., PEA M. 184-B, AHDMNE, Lisboa.

<sup>9</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Telegrama n.º 218 expedido para a embaixada de Portugal em Londres, em 20 de Novembro de 1954», 2.º P., A. 59, M. 247, AHDMNE, Lisboa.

festa nacional da Birmânia<sup>10</sup>, o encarregado de negócios da legação portuguesa no Paquistão, Carlos Fernandes, foi abordado pelo encarregado de negócios da China Continental acerca das:

«boas relações e manifestando a vantagem [que] Macau represen-tava [para o] comércio. Aventou que supunha estar sendo considerada [a] hipótese [de] estabelecer relações diplomáticas com Portugal. Referi-lhe que a China [Formosa/Taiwan] ainda manti-nha [um] ministro em Lisboa. Acrescentou que [o] problema [da] China Comunista e Nacionalista era [uma] questão interna chine-sa»<sup>11</sup>.

Mais uma vez, a resposta do Palácio das Necessidades foi negativa. Num telegrama expedido pelo director-geral dos Negócios Políti-cos, Manuel Farrajota Rocheta, para Carlos Fernandes, o Ministério dos Negócios Estrangeiros instruiu o encarregado de negócios portu-guês a limitar-se a ouvir o seu homólogo chinês e advertiu que:

«reveste-se de grande melindre dada [a] perigosa situação [de] Macau em face [do] vizinho poderoso cujas intenções desconhecemos e cuja situação do ponto de vista [de] relações internacionais não é ainda suficientemente clara para [que] sem cuidadosa ponderação (de) outros inconvenientes nos abalançarmos [no] reconhecimento. Teria sido preferível [que] V. Sr.<sup>a</sup> se abstinésse [de] aludir [às] relações diplomáticas com [a] China Nacionalista [que,] certamente[, serão] pouco agradáveis para [o] governo de Mao Zedong. E em conversas futuras convém [que] V. Sr.<sup>a</sup> se limite [a] ouvir, afectando toma-las no plano meramente pessoal, [as] opi-niões [do] encarregado de negócios[,] a menos que ele diga falar em nome [do] seu governo. Nessa hipótese e só nessa hipótese deverá V. Sr.<sup>a</sup> responder que vai transmitir [o] assunto à conside-ração [do] seu próprio Governo sem prejuízo de continuar informando[a] Secretaria de Estado do que se for passando»<sup>12</sup>.

Esta desautorização do Palácio das Necessidades, voltou a repe- tir-se aquando da nomeação de Albertino dos Santos Matias para en-carregado de negócios da legação de Portugal em Tóquio, em Dezem-bro de 1954. Após as habituais audiências de apresentação de cumpri-mentos a vários chefes de missões diplomáticas congêneres sediados na capital nipónica, Albertino dos Santos Matias solicitou ao Palácio

---

<sup>10</sup> A junta militar da Birmânia baptizou o país com o novo nome de Myanmar, em 1989, na sequência de uma violentíssima onda de repressão da sociedade civil birmanesa.

<sup>11</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Telegrama n.º 2 recebido do en-carregado de negócios da legação de Portugal Carachi, Carlos Fernandes, de 8 de Janeiro de 1955», 2.º P., A. 59, M. 247, AHDMNE, Lisboa.

<sup>12</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Telegrama n.º 2 expedido para o encarregado de negócios da legação de Portugal em Carachi, Carlos Augusto Fernandes, em 8 de Janeiro de 1955», 2.º P., PEA, M. 184-B, AHDMNE, Lisboa.

das Necessidades para: «... ser elucidado acerca da atitude a tomar perante (o) eventual convite duma dessas missões [da China Continental e da Rússia] ou duma entidade oficial japonesa a respeito de tais mis-sões»<sup>13</sup>.

A rigidez política portuguesa voltou a ser reiterada. O Palácio das Necessidades respondeu negativamente. Mais uma vez, o director-geral dos Negócios Políticos, Manuel Farrajota Rocheta, averbou que: « (a) cerca das missões comerciais da China Vermelha e [da] Rússia não parece provável [que o] problema se ponha, pois não se trata de missões diplomáticas do mesmo nível da que V. Sr.<sup>a</sup> desempenha.[...] E relativamente [à] China Vermelha se [os] seus representantes toma-rem [a] iniciativa [de] alguma comunicação ou contacto deverá V. Sr.<sup>a</sup> procurar corresponder-lhe dentro [de] limites estritamente pessoais e de cortesia, informado devidamente esta Secretaria de Estado»<sup>14</sup>.

A oportunidade única que se apresentou com o espírito de Genebra para o estabelecimento de relações diplomáticas entre Pequim e Lisboa esvaneceu-se. A intransigência dos decisores políticos portugueses explica em larga parte o sucedido. Por outro lado, ao contrário do que tinha ocorrido no período de 1949/50, o ministério dos Negócios Estrangeiros teve um comportamento meramente seguidista em relação à política oficial. A criatividade anterior tinha-se esvanecido, em parte, devido ao afastamento, instigado por Salazar, dos principais quadros dirigentes do velho Paço que apoiaram o reconhecimento e o estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim.

Em suma, a oposição vigorosa de Salazar ao reconhecimento do regime de Pequim contribuiu decisivamente para que a RPC estabelecesse relações diplomáticas com Portugal só após a mudança de regime político em Lisboa, em 1974. Porém, o facto que o regime de Pequim conseguiu muito rapidamente estabelecer um forte controle sobre Macau diminuiu, paradoxalmente, o interesse das autoridades chinesas em estabelecerem relações diplomáticas com Lisboa, a partir de meados do decénio de 1950. Esta postura manteve-se intacta até à ascensão ao poder da ala moderada do PCC, chefiada por Deng Xiaoping, e a derrota da ala radical, chefiada por Jiang Qing, esposa de Mao Zedong, em 1978<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Aerograma n.º A-2 recebido do encarregado de negócios da legação de Portugal em Tóquio, Albertino dos Santos Matias, de 15 de Março de 1955», 2.º P., PEA, M. 184-B, AHDMNE, Lisboa.

<sup>14</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Telegrama A-1 expedido para o encarregado de negócios da legação de Portugal Tóquio, Albertino dos Santos Matias, em nome do director-geral dos Negócios Políticos, Manuel Farrajota Rocheta, de 16 de Abril de 1955», 2.º P., A. 59, M. 247, AHDMNE, Lisboa.

<sup>15</sup> Sobre a luta renhida entre as duas principais facções do PCC após a morte de Mao Zedong vide a óptima monografia de Ruan Ming, antigo assessor de Hu Yaobang, presidente do PCC, entre 1981 e 1982, e secretário-geral da mesma organização, entre a última data e 1987. In Ruan Ming, *Deng Xiaoping: Chronicle of an Empire*, traduzido e editado em língua inglesa por Nancy Liu, Peter Rand e Lawrence R. Sullivan, Boulder, CO, EUA: Westview Press, 1994.

## PEQUIM CONTROLA E UTILIZA MACAU

Numa estratégia de antecipação, mesmo antes de tomarem conta do poder na China Continental, o Partido Comunista Chinês (PCC) reforçou a sua influência junto das colectividades chinesas existentes em Macau. Simultaneamente, instituiu um «alto comissariado e governo sombra» chinês no enclave. Finalmente, criou uma série de novas agremiações que viriam a exercer enorme influência no território.

A prioridade do PCC foi cooptar as colectividades tradicionais chinesas com grande prestígio político, económico e social no enclave. Assim, as direcções da Associação Comercial Chinesa de Macau<sup>16</sup>, da Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu [*Jinghu — Lago do Espelho*]<sup>17</sup> e da Associação de Beneficência *Tong Sin Tong*<sup>18</sup> passaram a ser presididas pelo *capitalista compatriota vermelho* mor de Macau Ho Yin [He Xian]. Para além de passar a orientar as agremiações tradicionais do território, as novas autoridades chinesas preocuparam-se, mesmo antes da fundação da República Popular da China, em criar um «alto comissariado» e um «governo sombra» para o território. O ministro do Comércio Externo do regime comunista chinês do Norte, fundou a *Sociedade Comercial Nanguang* [*Nám Kwóng /Estrela do Sul*], em 28 de Agosto de 1949<sup>19</sup>, com o objectivo de superintender a vida política da comunidade chinesa local alinhada com o novo regime político em Pequim, as actividades comerciais do território e manter contactos de bastidor com a administração portuguesa.

Simultaneamente, criaram uma série de colectividades, sem fins lucrativos, com o objectivo de organizar e orientar a comunidade chinesa local que alinhava ou simpatizava com o novo regime da China Continental. Assim, foram gradualmente fundadas a Associação Geral dos Operários, a central sindical comunista do território, vários sindicatos e associações de moradores, associações gerais de estudantes e

---

<sup>16</sup> A Associação Comercial Chinesa de Macau foi fundada em 1913. Em 1950 Ho Yin [He Xian] e Ma Man-kei [Ma Wanqi] foram escolhidos para presidente e vice-presidente, respectivamente. In *Macao Chamber of Commerce* (<http://www.acm.macauweb.com>). (29 de Julho de 1999), pág. 5.

<sup>17</sup> Esta agremiação foi fundada em 1870. As suas principais fontes de receitas eram os donativos angariados junto dos principais comerciantes e capitalistas chineses do enclave e um subsídio do Instituto de Acção Social de Macau. In *Macau: Pequena Monografia*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1965, págs. 38-39.

<sup>18</sup> Esta colectividade foi fundada em 1829 e declarada instituição de utilidade pública em Dezembro de 1947. In António do Carmo, *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático (Que Futuro?)*, Macau: Fundação Macau, Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente, 1997, pág. 612.

<sup>19</sup> *Nanguang sihi nyan/The Forty Years of Nanguang* [*Nám Kwóng*], 1949-1989, Macau: Nanguang (jituan) youxian gongsi [Nanguang (Group) Company Limited], 1989, pág. 53.



de professores chineses, uma associação feminina<sup>20</sup>, entre outras. Entre estas, destacam-se as *Gaifengs* [*Kaifongs*/Associações de Moradores]. Estas desempenharam em Macau funções algo idênticas às «células de bairro do PCC». Isto é, de fiscalização, encaminhamento e doutrinação dos moradores. Mas para além destas actividades básicas, as associações de moradores envolveram-se em três grandes actividades: «intervenção social comunitária; certificação e documentação de situações; identificação, encaminhamento e eventual resolução de problemas individuais ou colectivos»<sup>21</sup>.

Este tipo de controle, a nível das colectividades tradicionais, de uma empresa estatal e de novas agremiações locais, permitiu ao regime de Pequim exercer todo o tipo de influências sobre a vida política, económica, comercial e financeira do enclave. Ao mesmo tempo, facilitou ao Celeste Império Vermelho disputar a influência tradicional do regime de Jiang Jieshi [Chiang Kai-shek] sobre as agremiações chinesas locais.

O poder e a influência de «bastidores» exercido por Pequim em Macau, deu azo à transformação do enclave numa importante «porta de cavalo» para a China Continental poder obter materiais estratégicos ocidentais no estrangeiro e num centro de aprendizagem da língua e cultura portuguesas por parte de funcionários chineses. Na realidade, Macau converteu-se num enorme centro de importação, armazenamento e baldeação de materiais estratégicos ocidentais necessários para a sobrevivência política do regime de Pequim. Assim, quantidades extraordinárias de todos os tipos de combustíveis, metais, produtos químicos, entre muitos outros, entraram em Macau com destino à República Popular da China. A violação em Macau do embargo ocidental contra a China Continental tornou o território um dos alvos favoritos nas reuniões das ultra-secretas Comissão Coordenadora (COMCO)<sup>22</sup> e Comissão para a

---

<sup>20</sup> Relativamente à data de fundação da *Associação das Senhoras Democráticas de Macau* existem duas datas distintas. Para Isabel Machado esta colectividade foi formalmente criada em 21 de Maio de 1949, envolvendo-se rapidamente na organização de um curso de alfabetização, em Abril de 1950, de uma creche, em 1952, e de uma escola, em 1955. In Isabel Machado, «Associativismo no feminino», Macau, 2.<sup>a</sup> série, n.º 41 (Setembro de 1995), págs. 54 e 55. Porém, António do Carmo defende que esta agremiação foi fundada em 1937. In António do Carmo, op. cit.

<sup>21</sup> Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes, *Macau: O Pequeníssimo Dragão*, Porto: Edições Afrontamento, 1998, pág. 432.

<sup>22</sup> A COMCO (Comissão Coordenadora para a Orientação de Exportações Multilaterais), ou a COCOM (Coordinating Committee for Multilateral Export Controls), foi um organismo altamente secreto, criado no âmbito da OTAN, em Janeiro de 1950, que orientou, acompanhou e fiscalizou o regime internacional de embargo contra a então União Soviética, os países da Europa de Leste e a China Continental. Este organismo era constituído por quase todos os Estados-membros da OTAN, com a excepção da Islândia e do Japão, tendo o último país aderido em 1952. Portugal aderiu à COMCO, a convite do governo britânico, em 30 de Abril de 1951.

China (COMCHI)<sup>23</sup> da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo o embaixador José Calvet de Magalhães, o primeiro representante português junto destas comissões, entre 1950 e 1955:

«Como representante de Portugal no Cocom, durante cerca de cinco anos, tive de me desempenhar de uma das missões diplomáticas mais difíceis que me foram confiadas. As infracções cometidas em Macau ao embargo eram objecto de repetidas queixas apresentadas no Cocom pelos representantes americanos e algumas vezes outros representantes, especialmente pelos representantes britânicos, que eram geralmente os mais insistentes e os mais duros»<sup>24</sup>.

Inquirido, pelo ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues, sobre a possibilidade de ser estabelecido em Macau uma repartição governamental de abastecimento para pôr cobro à violação do embargo ocidental contra a China Continental, o governador de Macau, Albano Rodrigues de Oliveira, opôs-se veementemente e advogou:

«Macau depende absolutamente para os seus abastecimentos e para a indispensável alimentação diária da sua elevada população da importação em grande volume de géneros alimentícios das regiões vizinhas controlados pelas autoridades comunistas do governo de Pequim. Todas as proibições ou restrições na saída de mercadorias de Macau para essas regiões, que pudessem parecer ter sido impostas por nossa vontade ou iniciativa, e não pela da América, poderão conduzir às mais sérias repercussões políticas desfavoráveis contra nós, e como represália, às gravíssimas consequências que podem resultar do corte do envio da China para Macau dos indispensáveis mantimentos de que imperiosamente carece»<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> A COMCHI (Comissão para a China), também conhecida pela abreviatura CHINCOM (China Committee), foi fundada durante a Conferência de Washington das cinco grandes potências ocidentais (Canadá, EUA, França, Japão e Reino Unido), que teve lugar entre os dias 28 de Julho e 2 de Agosto de 1952. Este organismo passou a funcionar como que uma sub-comissão permanente da ultra-secreta COMCO. A sua principal função era formular, harmonizar e acompanhar o regime internacional de embargo comercial de materiais estratégicos ocidentais contra a China Continental, a Coreia do Norte e o Vietname do Norte. Por outras palavras, funcionava como um gabinete coordenador da guerrilha comercial e económica do ocidente contra os três principais regimes comunistas asiáticos. Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Text of Recommendations Agreed at the Washington Five-Powers Talks» in «Ofício n.º 765 do embaixador de Portugal em Londres, Rui Enes Ulrich, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, de 11 de Agosto de 1952», 2.º P., A. 6, M. 427, AHDMNE, Lisboa.

<sup>24</sup> José Calvet de Magalhães, *Macau e a China no Após Guerra*, Macau: Instituto Português do Oriente, 1992, pág. 78.

<sup>25</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Ofício n.º 162/48, confidencial e secreto, do governador de Macau, Albano Rodrigues de Oliveira, para o ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues, de 7 de Março de 1951, pág. 2», 2.º P., A. 6, M. 405, AHDMNE, Lisboa.

A dependência e a vulnerabilidade extremas da administração portuguesa de Macau em relação aos abastecimentos provenientes da China Continental e a política chinesa de apoio aos movimentos de libertação do Terceiro Mundo levou Pequim a usar o território como centro de aprendizagem da língua e cultura portuguesas por parte de funcionários chineses. A grande necessidade chinesa de influenciar os movimentos de libertação da África lusófona, especialmente após o dissídio sino-soviético, levaram o PCC a utilizar Macau para formar e melhorar os conhecimentos da língua portuguesa e para ambientar vários funcionários chineses à cultura e ao comportamento social dos portugueses. Entre os funcionários formados em Macau destacam-se diplomatas<sup>26</sup>, do ministério dos Negócios Estrangeiros; locutores e animadores para a Rádio Pequim<sup>27</sup>; tradutores para as publicações oficiais (revistas e livros dos órgãos de propaganda)<sup>28</sup>; e, instrutores político-militares, do ministério da Defesa, para leccionarem cursos de formação em guerrilha para os movimentos de libertação da África lusófona, quer na China<sup>29</sup>, quer em África<sup>30</sup>. A China Continental tinha tanta liberdade de movimento no enclave, que chegou a levar a cabo campanhas de doutrinação de landins moçambicanos e de oficiais portugueses destaca-

---

<sup>26</sup> Alguns dos diplomatas da China Continental que desempenharam funções no continente africano, no decénio de 1960, tiveram necessidade de falar português para estabelecer e manter laços com os movimentos de libertação da África lusófona e entender minimamente a política colonial portuguesa.

<sup>27</sup> A Rádio Pequim começou a transmitir, em ondas curtas, programas em língua portuguesa para a África lusófona, Portugal e o Brasil, no início do decénio de 1960. Segundo a PIDE, a Rádio Pequim deu início às suas emissões em língua portuguesa para a África lusófona em 14 de Outubro de 1960. Arquivos Nacionais / Torre do Tombo "Informação n.º 561/60-GU, de 25 de Outubro de 1960", AOS/CO/UL-32A1, Pt. 8, fl. 373, AN/TT, Lisboa.

<sup>28</sup> Os órgãos de propaganda escrita de Pequim passaram a editar livros e revistas—nomeadamente, as revistas Pequim Informa, China em Construção, e os livros as *Obras Escolhidas de Mao Zedong*, as *Citações do Presidente Mao Zedong* e monografias de bolso sobre o «socialismo chinês», entre outros—, em língua portuguesa, no decénio de 1960.

<sup>29</sup> Na China Continental, o principal centro de formação militar de guerrilheiros provenientes do Terceiro Mundo foi a Academia Superior Político-Militar de Nanquim, nos decénios de 1960 e 1970. Aliás, o manual de instrução político-militar desta academia era de conhecimento da PIDE e do próprio presidente do conselho, Oliveira Salazar. Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Cursos de Subversão Ministrados na Academia Superior Político-Militar de Nanquim*, reservado, exemplar n.º 1, compilado e elaborado pelo subinspector António Baptista Potier, da delegação em Luanda da PIDE, de Setembro de 1966, AOS/CO/UL-63, Pt. 7, AN/TT, Lisboa.

<sup>30</sup> Comissários políticos e instrutores militares chineses formaram e acompanharam vários guerrilheiros dos movimentos de libertação da África lusófona em campos militares situados na Tanzânia, Congo-Brazzaville, Gana e Guiné-Conacri. Vide o excelente trabalho de Alan Hutchinson, *China's African Revolution*, Boulder, CO, EUA: Westview Press, 1976.

dos em Macau<sup>31</sup>. Com receio de eventuais repercussões em Moçambique, o governo central português decidiu retirar os landins da guarnição militar de Macau, no início do decénio de 1960.

## CONTRADIÇÕES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Apesar do regime de Mao Zedong se proclamar oficialmente como anti-imperialista e anti-colonialista e ter prestado apoio político, militar, diplomático e financeiro aos movimentos de emancipação do Terceiro Mundo, nada fez na prática, até meados de 1970, para pôr cobro a presença colonial portuguesa e inglesa no Sul da China. Em particular as autoridades nunca se manifestaram a favor do regresso de ambos enclaves ocidentais à China Continental. São, pelo menos, conhecidas cinco ocasiões, a nível particular, em que o governo central chinês deixou bem clara a sua oposição relativamente ao regresso dos enclaves ocidentais à China.

Uns meses antes de tomarem conta do poder na China continental, os comunistas chineses tomaram a decisão que Hong Kong e Macau não seriam tomados pela força. Numa reunião secreta entre os membros do secretariado central do Partido Comunista Chinês<sup>32</sup> e o enviado especial do ditador soviético José Estaline, que teve lugar entre os dias 1 e 3 de Fevereiro de 1949, em Xibaipo, província de Hebei, Mao Zedong comunicou a Anastas Mikoyan que o «único compromisso foi a sua decisão de diferir captura dos bastiões coloniais de Hong Kong e Macau devido ao seu valor económico para a China»<sup>33</sup>.

Por outro lado, na audiência concedida por Estaline a Zhou Enlai, em Moscovo, em 3 de Setembro de 1952, o ditador soviético solicitou informações sobre a situação em Macau. O primeiro-ministro chinês

---

<sup>31</sup> Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, «Relatório especial, secreto, n.º 4/62, referente à 'organização actual do Partido Comunista em Macau — Doutrinação das Praças Moçambicanas', do Comando Territorial Independente de Macau, de 1 de Fevereiro de 1962», PIDE/DGS, Proc. n.º 408-SR/62, N.T. 3181, fl. 18, AN/TT, Lisboa.

<sup>32</sup> Estas reuniões contaram, também, com a presença de Liu Shaoqi, chefe de Estado, entre 1959 e 1967, do histórico marechal Zhu De, presidente da Assembleia Popular Nacional, entre 1949 e 1976, de Zhou Enlai, primeiro-ministro, entre 1949 e 1976, e ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1949 e 1958; e Ren Bishi. In Chen Jian, *China's Road to the Korean War: The Making of the Sino-American Confrontation*, Nova Iorque, EUA: Columbia University Press, 1994, pág. 69.

<sup>33</sup> «His one compromise was his decision to defer the seizure of the colonial bastions of Hong Kong and Macau because of their economic value to China» in Shi Zhe, *Zai lishi jüren shenbian: Shi Zhe huiyilu [Perto de grandes figuras históricas: as memórias de Shi Zhe]*, Pequim, R. P. da China: Zhongyang wenxian chubanshe [Imprensa Central de Documentos Históricos], 1991, citado in Goncharov, Sergei N., Lewis, John W. e Xue Litai, *Uncertain Partners: Stalin, Mao, and the Korean War*, Stanford, CA, EUA: Stanford University Press, 1993, pág. 40.

respondeu que: «Macau continua, como anteriormente, nas mãos de Portugal». Estaline respondeu que: «a escumalha que se situou na própria entrada da China tem que ser eliminada»<sup>34</sup>. Mesmo quando a aliança sino-soviética estava a chegar ao fim, Mao Zedong, na qualidade de presidente do PCC, voltou a reiterar a posição oficial do partido em relação a Macau e Hong Kong, de Fevereiro de 1949. Numa audiência concedida pelo dirigente supremo chinês ao sinólogo soviético S.F. Antonov, em Pequim, em 14 de Outubro de 1959, Mao tentou assegurar os russos que a China não provocaria uma guerra com os EUA e os seus vizinhos asiáticos e que a posição do regime de Pequim em relação a Macau se mantinha inalterada. Segundo Antonov, Mao afirmou:

«Na China, no presente momento, existem até colónias estrangeiras como Macau. Um pequeno país como Portugal, arrancou este pedaço de terra à China há 400 anos. Que devemos fazer neste caso? O Comité Central do Partido Comunista Chinês considerou a questão e tomou uma decisão — por agora, não tocaremos em Macau. Assim, quando dizem que a China é a favor da guerra, não se pode aceitar isso como verdadeiro, se bem que possa ser utilizado por vezes como expediente para mostrar aos opositores a nossa firmeza»<sup>35</sup>.

Posição idêntica à de Mao Zedong voltou a ser defendida pelo primeiro-ministro Zhou Enlai aquando da visita do presidente americano, Richard Nixon, à China, em Fevereiro de 1972. Durante uma reunião de trabalho entre os dois dirigentes, o chefe do governo chinês defendeu que a prioridade para o seu governo era a libertação das colónias portuguesas em África. Em relação a Macau, Zhou Enlai defendeu que Portugal: "tem até uma pequena parte do nosso território, um lugar muito pequeno chamado Macau, e considera-o parte de Portugal. Foi adquirido há 400 anos. Muitos dos nossos camaradas dizem que com o movimento de um dedo podíamos ter o território de volta, mas mantivemos sempre uma atitude de grande contenção e queremos esperar por algum tempo»<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> «Macau continues, as before, to be in Portugal's hands» e «this scum that has situated itself on the very entrance to China must be driven out» in «Record of Meeting Between Comrades I.V. Stalin and Zhou Enlai (3 de Setembro de 1952)» in *Cold War International History Project Bulletin*, n.º 6 e 7, (Inverno de 1995/1996), pág. 16.

<sup>35</sup> «...in China up until the present time there are even colonies of foreign states, like Macau. A small country, like Portugal, 400 years ago grabbed from China this chunk of land. How should we proceed in this case? The CC CPC considered this question, and worked out a course, which for now consists of not touching Macau» in «Summary of Conversation with the Chairman of the CC CPC [Central Committee Communist Party of China] Mao Zedong on 14 October 1959», *Cold War International History Project Bulletin*, n.º 3, (Outono de 1993), pág. 57.

<sup>36</sup> «Macau na visita de Nixon», *Ponto Final*, ano 7, n.º 335, 2.º série (23 de Abril de 1999), pág. 20.

Em Março de 1973, num relatório sobre a situação política internacional, apresentado na reunião plenária sobre política externa de quadros superiores do PCC<sup>37</sup>, Zhou Enlai atacou os «ultra-esquerdistas» no seio do regime chinês e afirmou:

«É correcto manter a luta popular, mas não se deve enveredar por acções aventureiras. O ministro dos Negócios Estrangeiros do Madagáscar disse-me que também existem elementos ‘ultra-esquerdistas’ no seu país que têm esperanças de expulsar os franceses. Disse-lhe que isso não me era estranho, pois existe esse tipo de pessoas na China e entre os revisionistas soviéticos; eles pressionam-nos para recapturar Hong Kong e Macau. Dissemos-lhe que Macau não podia ser recuperado, para nem mencionarmos Hong Kong. Possui-lo abalaria Hong Kong e a Inglaterra e provocaria uma união entre o último país e os EUA; o que não podemos permitir. Também temos o problema de Taiwan. O trabalho para o resolver, também, vai requerer algum tempo. Não se deve ser violento. Temos que ter em consideração todas as partes envolvidas nestes assuntos. Hong Kong e Macau e Taiwan são dois assuntos diferentes e têm que ser tratados de modo diferente»<sup>38</sup>.

Na realidade, as autoridades da China Continental raramente se pronunciaram em público sobre Macau. De facto existiu um tabu perceptível à volta deste assunto. Entre 1949 e 1979 só existem cinco datas concretas em que a China Continental manifestou publicamente a sua opinião sobre o enclave.

A primeira posição oficial surgiu na sequência do cancelamento das comemorações do 4.º centenário de Macau, em 1955. Após ter pressionado, informalmente, através do governador de Hong Kong, Sir Alexander Grantham, a administração portuguesa de Macau a cancelar as comemorações, a liderança central chinesa, usou o *Rénmín ribào*, o órgão oficial do PCC, para publicar um extenso artigo sobre Macau. Este trabalho declarava peremptoriamente que: «Macau é território chinês. O povo chinês nunca se esqueceu de Macau, nem se esqueceu que tem o direito de exigir a devolução deste território das mãos de Portugal. [...] O facto de que Macau não foi ainda restituído à China não significa que o povo chinês possa tolerar a continuação por muito tempo da ocupação de Macau»<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Kenneth G. Lieberthal e Bruce J. Dickson, *A Research Guide to Central Party and Government in China, 1949-1986*, 2.ª edição revista e aumentada, Armonk, Nova Iorque, EUA: M.E.Sharpe, 1989, pág. 221.

<sup>38</sup> James T. Myers, *et. al*, *Chinese Politics: Documents and Analysis*, 2º vol., Columbia, Carolina do Sul, EUA: University of South Carolina Press, 1989, pág. 258.

<sup>39</sup> «A Warning to the Portuguese Authorities in Macau» (Pequim, *Rénmín ribào*, 26 de Outubro de 1955, pág. 1; despacho da *Xinhua she*, em inglês, de 26 de Outubro de 1955), reimpresso no *Survey of China Mainland Press*, n.º 1158, (27 de Outubro de 1955), pág. 36.

Durante a primeira fase do dissídio sino-soviético, Pequim viu-se forçado a responder publicamente contra acusações, formuladas pela União Soviética e os partidos comunistas ocidentais alinhados com Moscovo, que a China colaborava com o governo de Salazar em Ma-cau. A primeira acusação partiu do Partido Comunista dos EUA. O *Rénmín ribào*, viu-se obrigado a responder defendendo que era necessário manter o status quo e que o desfecho para Macau, Hong Kong e a Formosa/Taiwan deveria ser alvo de «negociações pacíficas quando as condições forem propícias»<sup>40</sup>. A segunda acusação foi desferida pelo *Pravda*, órgão oficial do Partido Comunista da União Soviética. Aproveitando-se das notícias publicadas nos principais órgãos da imprensa internacional sobre o iminente reconhecimento português do regime de Pequim, em Fevereiro de 1964<sup>41</sup>, o *Pravda* publicou um editorial acerca do silêncio chinês em torno do assunto do reconhecimento português e sobre a alegada exportação de ópio chinês para o estrangeiro através de Macau, na sua edição de 8 de Julho de 1964. Perante esta denúncia pública, a agência noticiosa «Nova China», *Xinhua she*, divulgou um editorial, em 28 do mesmo mês, em que negou ser intenção do governo chinês estabelecer relações diplomáticas com Portugal e reiterou o apoio da China à causa da independência do Terceiro Mundo. Todavia, ficou bem subentendido neste editorial que a China tentava manter o *status quo* em Macau.

Por outro lado, logo após a ocorrência dos incidentes dos dias 3 e 4 de Dezembro de 1966, que precipitaram uma série de prostrações públicas da administração portuguesa durante 1967, o próprio marechal Chen Yi, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, numa entrevista concedida ao advogado brasileiro Danilo Joaquim Guilhermino dos Santos, argumentou que tinha «uma escala para tratar as regiões chinesas de Taiwan, Macau e Hong Kong». Segundo o velho marechal:

«Deveremos resolver primeiro o mais importante, isto é, Taiwan. Logo após, no momento oportuno, reivindicaremos Macau e Hong Kong, hoje chamada pelos Guardas Vermelhos de cidade de excursão dos imperialistas»<sup>42</sup>.

O regime de Mao pronunciou-se pela última vez publicamente sobre Macau em 1972. Pouco tempo depois da admissão da RPC à ONU, o embaixador da China em Nova Iorque, Huang Hua, enviou um ofício

---

<sup>40</sup> Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas*, op. cit., pág. 99.

<sup>41</sup> Sobre a tentativa de Franco Nogueira para dissuadir Salazar a reconhecer e a estabelecer relações diplomáticas com a China Continental, em Janeiro/Fevereiro de 1964, vide Moisés Silva Fernandes, «Enquadramento das Relações Luso-Chinesas entre 1949 e 1966», *Administração /Xíngzhèng*, Vol. 11, No. 40, (Junho de 1998), págs. 323-326.

<sup>42</sup> Danilo Joaquim Guilhermino dos Santos, «China declara-se pronta para guerra com EUA e URSS», *Jornal do Brasil*, (11 de Dezembro de 1966), 1.º caderno, pág. 8.

ao presidente da Comissão Especial de Descolonização da ONU, Salim A. Salim, a solicitar que Macau e Hong Kong fossem retirados da lista de territórios a descolonizar, a reiterar que ambos os enclaves eram territórios chineses e que o seu estatuto seria negociado quando a Chi-na assim o muito bem entendesse<sup>43</sup>.

As contradições políticas eram tão graves, que o Partido Comu-nista Chinês chegou a censurar um texto do próprio Mao Zedong que continha referências a Macau e Portugal. Em Agosto de 1952, em ple-na crise do conflito fronteiriço entre Macau e a China, para evitar em-baraços para os dirigentes supremos chineses e graves contradições na política chinesa em relação a Macau e Portugal, a Editora Popular de Pequim [*Beijing renmin faxingren*] publicou a segunda edição chinesa do segundo tomo das *Obras Escolhidas de Mao Zedong* [*Mao Zedong wenxuan*] que alterou, significativa e veladamente, a parte do ensaio do «grande timoneiro» intitulado *A Revolução Chinesa e o Partido Comunista Chinês* referente a Portugal e a Macau. Enquanto a versão original, publicada inicialmente em Dezembro de 1939 e que se manteve inalterada até 1949, rezava que: «...até um insignificante país como Portugal se apoderou de Macau»<sup>44</sup>, a nova versão obliterou totalmente qualquer referência, quer a Portugal, quer a Macau<sup>45</sup>.

## CONCLUSÕES

As repercussões do maoísmo em Macau foram significativas. O reconhecimento e o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, pretendido no primeiro quinquénio do decénio de 1950 pelo regime de Pequim, tornou-se inviável devido à rigidez e intolerância ideológica de Salazar. Apesar deste desfecho, entretanto, a China Continental conseguiu, num curto espaço de tempo, passar a controlar Macau em vários domínios: político, comercial, financeiro, económico e associativo. Simultaneamente, transformou o enclave num importan-tíssimo armazém de materiais estratégicos para o Sul da China e num centro de aprendizagem da língua e cultura portuguesas para funcioná-rios chineses que executaram a política chinesa de apoio aos movimen-tos de libertação da África lusófona. Finalmente, o regime de Pequim viu-se constrangido a colocar de lado interesses de cariz ideológico, como, por exemplo, a sua política anti-imperialista e anti-colonialista, e tomar posturas extremamente moderadas, tanto a nível particular, como público, para manter o *status quo* de ambos enclaves ocidentais.

---

<sup>43</sup> Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas*, *op. cit.*, págs. 202 e 446.

<sup>44</sup> Mao Zedong, «The Chinese Revolution and the Communist Party of Chi-na», *China Digest*, vol. 5, n.º 9 (22 de Março de 1949), pág. 21; reimpresso no *Current Background*, n.º 135, (10 de Novembro de 1951), pág. 7.

<sup>45</sup> Mao Zedong, *Selected Works of Mao Zedong*, segundo tomo, Pequim, RPC: Foreign Languages Press, Agosto de 1952, pag. 311, e o manual de autoria de Mao Zedong intitulado *The Chinese Revolution and the Chinese Communist Party*, 1.<sup>a</sup> edição, Pequim, RPC: Foreign Languages Press, Outubro de 1954, pág. 17.